

SERVIÇO SOCIAL E CONTEMPORANEIDADE: AFIRMAÇÃO DE DIREITOS E EMANCIPAÇÃO POLÍTICA?

José Fernando Siqueira da Silva.

Assistente social e doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professor do Departamento de Serviço Social da UNESP-Franca. Líder dos grupos de estudo Teoria Social de Marx e Serviço Social e Violência e Serviço Social (GEVISS). Orientador dos grupos de extensão universitária GAPAF (Grupo de Alfabetização Paulo Freire) e NECRIA (Núcleo de Estudos da Criança e do Adolescente).

Endereço eletrônico: jfernandoss@franca.unesp.br

RESUMO

O artigo apresentado aborda alguns dos principais desafios demandados ao Serviço Social e indica elementos atuais e necessários para uma inserção profissional crítica na contemporaneidade. Oferece, para isso, pistas para analisar o trabalho profissional do assistente social, a partir dos limites da emancipação política (incluindo a afirmação de direitos e suas particularidades em países como o Brasil), bem como discute possíveis contribuições da profissão – sem romantismos – à emancipação humana.

Palavras-Chave – Serviço Social, Emancipação Política e Emancipação Humana.

Social Assistance and Contemporaneity: statement assurance and political emancipation?

ABSTRACT

The article presented addresses some of the major challenges in Social Assistance and indicates actual and necessary elements for a critical professional insertion in contemporaneity. Provides, for this, clues to analyze the social assistance professional work from the limits of political emancipation (including the statement of rights and their particularities in countries like Brazil), and discussed possibles professional contributions – without romanticism – to human emancipation.

Key-Words – Social Assistance, Political Emancipation and Human Emancipation.

1. Considerações introdutórias: situando o debate

A crise do capital e suas mais recentes estratégias de reprodução em escala ampliada – sentida mais intensamente, no Brasil, a partir da década de 90 do século passado –, tem gerado enormes impactos na questão social contemporânea (MARX, 1984, p. 187)¹. A consequência desse cenário é visível e repercute diretamente no cotidiano dos assistentes sociais: a reorganização dos estados nacionais, a ênfase em políticas sociais pontuais circunscritas à pobreza absoluta, as densas alterações no mundo do trabalho na era da pós-reestruturação produtiva (que, evidentemente, penalizam o trabalho em favor do grande capital) e o aprofundamento da desigualdade social e de suas múltiplas expressões marcadas pela concentração da propriedade (considerando as particularidades do capitalismo nacional). Evidentemente que isso, ao mesmo tempo, repõe mecanismos de estabilidade e de instabilidade na ordem burguesa em curso, contradição esta inerente ao metabolismo do capitalismo e necessária à reprodução permanente do capital. Em outras palavras, não estamos diante de uma “nova questão social” (aos moldes de ROSANVALLON, 1995) ou de “metamorfoses” que abrem espaços para questões e lutas sociais que se fragmentam entre si (CASTEL, 1998). Lidamos, na verdade, com uma questão social que se particulariza, isto é, que possui uma história marcada pelas inerentes contradições que remetem à natureza da propriedade privada (a apropriação privada da produção social) e uma dada historicidade que impõe alterações ao social que precisam ser reconstruídas (como “concreto pensado” - MARX apud FERNANDES, 1989) e enfrentadas coletivamente pelas forças sociais comprometidas com a emancipação humana (MARX, 2005-a).

O Serviço Social, como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho (IAMAMOTO & CARVALHO, 1985), possui uma funcionalidade na gestão das múltiplas tensões sociais cotidianamente enfrentadas pelos assistentes sociais em seus espaços sócio-ocupacionais particulares. São inegáveis os vínculos conservadores da profissão desde a sua origem, marcada pelo capitalismo na era dos monopólios (PAULO NETTO, 1992) e pela agudização da questão social reconhecida, no caso brasileiro, pelo modelo urbano-industrial, claramente assumido no primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) e pela tendência crescente da Igreja Católica – nessa mesma época – em “recristianizar” a sociedade apoiando-se na modernização das ações leigas². O aprofundamento dessa ordem societária (necessariamente contraditória), marcada pela modernização conservadora do país ao longo das décadas de 40, 50, 60 e 70 do século XX, impôs à profissão uma revisão do “Serviço Social tradicional” (PAULO NETTO, 1991) – manifestada no chamado “processo de reconceitualização” – que, com todos os seus limites, teve o mérito de recolocar questões centrais para o Serviço Social: a formação profissional (nos seus aspectos teórico, metodológico, técnico-instrumental e interventivo), a interlocução com outras áreas do conhecimento, a importância da pesquisa e da produção de conhecimentos no âmbito da

¹ A questão social é aqui entendida como um complexo social que faz parte da natureza da propriedade privada no capitalismo, ou seja, é manifestação direta da apropriação privada da produção social e da lei geral da acumulação capitalista. Sobre esta discussão no âmbito do Serviço Social, consultar o debate apresentado por NETTO, IAMAMOTO, YAZBEK e PEREIRA em ABEPS/Temporalis (2001). Uma boa discussão também se encontra em PASTORINI (2004).

² As encíclicas papais “Rerum Novarum” (1891) e “Quadragesimo Anno” (1931) revelam magistralmente a proposta católica de humanizar o capitalismo e rejeitar ferozmente o comunismo. Sobre isso consultar CASTRO, 1989, p. 47-62 e YAZBEK, 1980.

profissão, entre outros aspectos³. Esse rico contexto permitiu um debate mais intenso sobre as diferentes orientações teóricas na profissão (para além da Doutrina Social da Igreja), desencadeando uma interlocução com matrizes do conhecimento presentes nas Ciências Sociais⁴.

A redemocratização política (“lenta e gradual”) desencadeada na primeira metade dos anos 80 do século passado e todo processo que culminou com a elaboração da constituição de 1988, ofereceu condições objetivas para importantes discussões acerca do desmonte do “entulho autoritário” (legado do processo contra-revolucionário desencadeado nos anos 60-70 do século XX em todo continente latino-americano). É nesse contexto de aprofundamento e amadurecimento das discussões reconceituadas, de arrefecimento do regime ditatorial (guardião da autocracia burguesa, naquela oportunidade) e das discussões sobre a redemocratização política da sociedade brasileira (marcada por diferentes e antagônicas forças sociais que tinham como palavra de ordem as eleições diretas em todos os níveis e a formulação da nova constituição), que o Serviço Social se desenvolve na era pós-reconceituada e inicia os anos 1990.

A década de 90 do século XX impõe ao Serviço Social inúmeros desafios. As profundas mudanças na esfera produtiva e seus imensos impactos na existência do ser social se materializaram, para o assistente social, por meio de inúmeras demandas sociais que se particularizaram tendo como base o aprofundamento da questão social em tempos de democracia política. Por outro lado, o legado da década de 1980 apontava para a consolidação de um conjunto de legislações sociais edificadas a partir do desmonte do aparato autoritário-militar: O Sistema Único de Saúde (SUS), o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), as discussões na área da assistência (hoje objetivadas no Sistema Único de Assistência Social - SUAS), as políticas com idosos e mulheres (recentemente aprofundadas com o Estatuto do Idoso e com a Lei Maria da Penha), entre outras conquistas jamais inscritas nos quinhentos anos de história oficial do Brasil.

Entretanto, tais conquistas – sem a menor intenção de descaracterizá-las – já nasceram condenadas por profundas restrições de ordem orçamentária que, em última instância, foi um mero reflexo do novo padrão de acumulação em curso (marcado por um discurso liberal mais radical implantado nos quatro cantos do planeta)⁵. Os anos 1990 inauguram, no Brasil, inicialmente na era Collor de Melo (1990-1992) e mais profundamente nos dois governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e de Lula da Silva (2003 - em curso), um período de contra-reformas (BEHRING, 2003), de reestruturação dos estados (com pequenas variações de um governo para outro), de sucessivas políticas econômicas afinadas com o cumprimento de metas demarcadas pelo superávit primário (consideradas necessárias para o equilíbrio das contas públicas e para a atração de

³ Evidentemente que o processo de reconceituação não se limitou ao território brasileiro. Trata-se de um movimento latino-americano, situado entre 1965 e 1975, não exatamente, que se propôs a promover uma revisão teórico-metodológica e técnico-instrumental do Serviço Social (“tradicional”). É importante frisar que as ditaduras militares de direita balizaram negativamente esse debate. As discussões travadas entre PAULO NETTO (1981) e JUNQUEIRA (1980), por exemplo, revelam interpretações antagônicas sobre o significado desse movimento e sobre seus impactos na profissão.

⁴ Destaque deve ser dado às interlocuções de inspiração positivista-funcionalista, fenomenológica e marxista. Sobre isso – conquistas e limitações – consultar PAULO NETTO, 1991. Não é objetivo de esse artigo discutir os inúmeros problemas dessa apropriação (certamente enviesada).

⁵ Os economistas da segunda metade do século XX Friedrich Hayek (1990) e Milton Friedman (com suas inúmeras produções acerca da liberdade de mercado, sustentado no “laissez-faire”), são, inegavelmente, os ideólogos inspiradores desta vertente ultraliberal.

investimentos externos especulativos ou não) e, evidentemente, por políticas sociais precárias com investimentos recentemente significativos (particularmente na era Lula), porém pulverizados e focados em ações voltadas à pobreza absoluta e sustentados em parcerias com o chamado terceiro setor (MONTAÑO, 2002).

No âmbito do Serviço Social, com todos os estudos sistematizados por importantes quadros da profissão – que, inegavelmente, expressaram avanços significativos no âmbito da formação profissional, na participação ativa da categoria na luta por direitos, na construção de inúmeras legislações sociais, na construção do projeto ético-político, na discussão, aprovação e implantação das diretrizes curriculares, a partir da segunda metade dos anos 1990, entre outras importantes conquistas –, o que se percebeu foi uma crença persistente dos assistentes sociais (dentro e fora das universidades, com variações não desprezíveis - convicção esta advinda dos anos 1980), *de que a afirmação de direitos e a implantação e maior radicalização da democracia seria o caminho para a construção de “uma outra sociedade” com indivíduos emancipados*. Esse cenário foi adotado pela eleição de Lula da Silva para a presidência do Brasil, liderança política esta originada na esquerda sindical-operária e oposição atuante desde a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT)⁶. Alguns importantes quadros do Serviço Social, no entanto, já apontavam os problemas desse equívoco, que se escancarou a partir de 2003, com a eleição de Lula (ainda que fossem previstos embates no interior do governo).

[...] se a composição da equipe ministerial já apontava para *a manutenção da mesma orientação macroeconômica da era FHC*, os primeiros meses de Luiz Inácio Lula da Silva assinalaram que *a vontade política expressa do novo governo era mais que a continuidade, era o aprofundamento daquela orientação* [...] (PAULO NETTO, 2004-1, p. 12).

José Paulo Netto, no mesmo ano (2004), em conferência proferida no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais realizado na cidade de Fortaleza, completa:

No seu estágio contemporâneo, no capitalismo dos nossos dias, fica cada vez mais patente, cada vez mais claro, que a relação originária entre ordem do capital e demandas democráticas, que era uma relação de contradição, tem se transformado numa relação de antagonismo. (...) A luta por direitos, velhos e novos - e percam as ilusões aqueles que as têm -, é nesse momento uma luta anticapitalista. (PAULO NETTO, 2004-b, conferência proferida no XI Congresso Brasileiro)

O que se coloca objetivamente para o Serviço Social nos dias atuais é, se não existe ainda – e certamente há –, uma crença de que a emancipação humana (MARX, 2005-1) será alcançada por meio da emancipação política ou de sua radicalização (LESSA, 2007-1). Esse contexto se torna ainda mais grave e praticamente inviável (com certa dose de ingenuidade em determinadas situações), quando consideramos o tipo de emancipação política particularmente possível no Brasil (e em toda América Latina – guardadas suas especificidades nacionais), sustentada em “eleições

⁶ Uma boa análise sobre o PT contemporâneo e sobre seus vínculos sócio-históricos com o Serviço Social encontra-se em PAULO NETTO, 2004.

livres”, em certa democracia política e em direitos sociais muito próximos da abstração e, portanto, com pequena efetividade prática para a realização do cidadão real (mesmo quando entendido no seu sentido estrito de consumidor)⁷. Portanto, não se trata apenas de questionar a emancipação política genericamente (sua configuração sob os limites de mercado), mas também a forma possível de sua realização, sob as condições objetivas do capitalismo brasileiro.

A liberdade do egoísta e o reconhecimento desta liberdade são a expressão do reconhecimento do movimento *desenfreado* dos elementos espirituais e materiais que formam seu conteúdo de vida. Por conseguinte, o homem não se libertou da religião; obteve, isto sim, liberdade religiosa. Não se libertou da propriedade, obteve a liberdade de propriedade. Não se libertou do egoísmo da indústria, obteve a liberdade industrial. (...) O homem real só é reconhecido sob forma de indivíduo egoísta; e o homem verdadeiro, somente sob a forma de *citoyen abstrato*. (...) a emancipação política é a redução do homem, de um lado, a membro da sociedade burguesa, a indivíduo *egoísta independente* e, de outro, a *cidadão do estado*, a pessoa moral [...] Somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser genérico, em seu trabalho individual e em suas relações individuais, somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas ‘forces propres’ como forças sociais e quando, portanto já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (MARX, 2005-a, p. 41-42)

Não há como pensar e atuar propositivamente e criticamente nos imensos desafios contemporaneamente impostos ao Serviço Social – superando diferentes formas de romantismos ou de fatalismos (IAMAMOTO, 1994) –, sem que sejam consideradas tais ponderações. É exatamente a partir desses parâmetros, ou seja, de uma maior precisão teórico-prática e sócio-histórica (de existência do ser social na história e sob dada historicidade), com determinada finalidade ético-política e rigorosa apreensão da lógica da realidade (MARX, 2005-2, p. 39), que será possível sintonizar, criticamente, a profissão com as principais demandas apresentadas ao Serviço Social na atualidade. Discutamos um pouco esses desafios e as possibilidades da intervenção profissional neles.

2. Serviço Social e projeto ético-político: a criação, o desenvolvimento e a consolidação de alternativas de resistência

Os profissionais de Serviço Social e o trabalho por eles empreendido assumem, inevitavelmente, posições hegemônicas ou contra-hegemônicas (portanto, possuem determinada orientação ético-política – reconhecendo ou não isso). Evidentemente que não existe pureza nessa relação, ou seja, não há como unicamente resistir aos limites impostos pela ordem societária dominante em curso (mesmo porque o homem é, ao mesmo tempo, sujeito-objeto da e na história – MARX, 1987), embora seja muito mais fácil assumir posições conformistas diante do instituído. É

⁷ O discurso contemporâneo sobre a “inclusão social” é, em si, vazio. Incluir em quê?

⁸ Grifos do autor.

⁹ Próprias forças (citação mantida a partir do texto original).

preciso, em primeiro lugar, reconhecer que o Serviço Social é, somente, uma profissão que, como já foi dito, possui uma história fundada no pensamento conservador e uma determinada inserção da divisão do trabalho. Isso, entretanto, não deve engessar suas possibilidades, embora imponha obstáculos concretos que não podem ser ignorados – IAMAMOTO, 1985 e 1994. Assim, o Serviço Social é apenas uma profissão, com todos os seus limites de alcance e o exercício profissional do assistente social se configura como determinado tipo de trabalho. Trata-se, portanto, de um trabalho profissional situado – no sentido marxiano da palavra –, *no campo do trabalho assalariado (portanto abstrato) e predominantemente improdutivo (por sua maciça inserção no campo estatal, no gerenciamento do social - não gerador de mais-valia embora contribua com ela)*. Seu perfil é claramente material, já que os aspectos que demandam cotidianamente o profissional de Serviço Social (e determinam seu espaço sócio-ocupacional), o seu tipo de atuação e o resultado dessa intervenção são nitidamente materiais¹⁰. Ainda que exista, aqui, uma relação nitidamente material isso não elimina a esfera da reflexão sobre certo concreto (o “concreto pensado”) e possíveis projeções, ou resultados não imediatamente visíveis. Posto isso, enumeremos alguns desafios contemporâneos cruciais para a composição de uma resistência capaz de forçar positivamente (radicalizar – no sentido de pegar pela raiz – MARX, 2005-a, p. 94) o Código de Ética da profissão e do projeto ético-político em curso claramente colocados, diga-se de passagem, em “cheque” nesse início de século.

Há necessidade de se discutir alternativas para formar profissionais intelectuais, ou seja, *profissionais que neguem, ao mesmo tempo, o academicismo e o intervencionismo*. Não se trata, aqui, de negar abstratamente a existência dessa separação na ordem burguesa (aliás, uma característica insuprimível nos marcos do capital), mas de qualificar a formação profissional em curso, reconhecendo as suas contradições e limitações em diferentes espaços universitários (públicos e privados), bem como o imenso abismo que existe entre a academia e as demais localidades em que a intervenção profissional se realiza. Formar intelectuais significa insistir em um tipo de formação profissional com forte base teórica, necessariamente empenhada em perquirir o “chão” da profissão, suas demandas cotidianas reais. Trata-se de *qualificar, não no sentido de apenas tornar o profissional mais “competente tecnicamente”, baseado em uma “referência teórica imediatamente necessária” à ação profissional (atitude altamente funcional à ordem societária hegemônica)*. O que se reivindica, aqui, é a formação de um *profissional-intelectual* que, de partida, tenha claro que uma sólida formação teórica é ingrediente essencial para uma apreensão mais densa do movimento do real e, portanto, fundamental para qualificar um trabalho profissional denso, crítico e propositivo. Evidentemente que essa acumulação de conhecimentos (“esse capital cultural”) em si não é suficiente, como também é perversa a simples inserção dos profissionais nos confins da sociedade burguesa, gerenciando as múltiplas particularizações da questão social e sendo dragado por elas. É preciso qualificar o profissional para que ele se debruce sobre a realidade e, como sujeito histórico possível, repense e force ao máximo suas possibilidades reais de intervenção em uma dada historicidade. *Combate-se, então, a*

¹⁰ Sobre isso consultar LESSA (2007-2, p. 96).

“aplicação” teórica, o famoso “receituário acadêmico arrogante”, pretensamente científico e neutro, “acima de qualquer suspeita”, que ensina os profissionais “da prática” (aqueles “técnicos executores”). Ou, ao contrário, questiona-se a outra arrogância, a interventiva, que crê no espontaneísmo da prática e em seu pragmatismo como fonte criadora de conhecimentos. O que se propõe, aqui, é uma outra relação entre a ontologia (a existência do ser social sob dada historicidade) e a gnosiologia (o conhecimento sobre esse ser), no processo de produção de conhecimentos voltado ao concreto, como “concreto pensado”.

Toda vida social é essencialmente *prática*¹¹. Todos os mistérios que conduzem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática. (8ª. tese sobre Feurbach MARX & ENGELS, 2007, p. 534)

É preciso reconhecer, ao mesmo tempo, os imensos desafios contemporâneos e suas armadilhas para por em movimento, na atualidade, uma proposta de formação profissional sustentada nos parâmetros aqui reivindicados. São absolutamente reais e conhecidas as dificuldades para tal: a precarização da formação profissional estimulada pela proliferação de cursos a distância – com amplo aval e estímulo das instâncias oficiais –, a “flexibilização” e as inúmeras dificuldades enfrentadas pelos cursos presenciais (com suas particularidades nas esferas públicas e privadas), a tendência crescente de “enxugar” a pós-graduação, o nítido distanciamento entre os assistentes sociais professores-pesquisadores e a imensa “massa” de profissionais já formados ou prestes a se formarem sob a lógica da expansão universitária irresponsável, entre outras iniciativas em curso. Isso consolida, inevitavelmente, uma orientação educacional comprometida com uma formação superficial e meramente operativa (ou nem isso), portanto *muito distante da necessária base intelectual fundamental à práxis profissional (crucial para criar, desenvolver e consolidar ações de contra-hegemonia).*

Diante disso são necessárias atitudes e ações reais individuais e coletivas que, sem qualquer ingenuidade, não vão além de resistências limitadas (ainda que necessárias e valiosas nos tempos difíceis em que vivemos). Objetivamente elas devem:

1. Estimular uma profunda discussão acerca da proposta curricular em curso nas unidades educacionais, combatendo fragmentações e “minimalismos” teóricos comprometidos com o “essencial” para a atuação profissional. É preciso ter claro que a graduação precisa de cuidados que envolvam, sim, rigor teórico, adensamento do estudo e da pesquisa, retorno aos textos originais e clássicos (evitando as fontes secundárias como atalhos) e discussões sobre os desafios e inserções reais da profissão, na contemporaneidade, que superem o simples relato de “experiências práticas” (saturando a análise teórica de desafios práticos e enriquecendo a experiência prática de reflexão crítica). O que diferencia a discussão da graduação e da pós-graduação não é, propriamente, o acesso a textos menos ou mais complexos (ambos inevitáveis nos dois níveis), *mas como e com qual profundidade isso deve ser feito nesses diferentes níveis.*

¹¹ Destaque do autor.

Não se pretende, com isso, afirmar que serão formados intelectuais em quatro anos de graduação, ou em outros poucos anos de pós-graduação (adensada com a experiência profissional teórico-prática), mas, certamente, é crucial, sim, fomentar uma base teórico-prática essencial para que o profissional intelectual se consolide paulatina e persistentemente. Sem essa base teremos, somente, “acadêmicos” e “práticos”.

2. Todo esse processo, no entanto, não pode contar apenas com “docentes iluminados” (quase sempre muito pouco iluminados). É preciso que essa discussão seja ampla, isto é, envolva os docentes, os discentes e os profissionais de Serviço Social (supervisores de campo) reservando, quando necessário, os espaços para uma análise mais específica desses segmentos que possa alimentar o coletivo. As universidades, os centros universitários e as faculdades (públicas ou privadas – a partir de suas condições objetivas), com seus respectivos docentes, precisam, sim, estimular esse processo. Tudo isso, inevitavelmente, incomoda a “tranquilidade acadêmica” (muitas vezes marcada por pesquisas centradas na abstração dos docentes e por certo receio de enfrentamento do duro cotidiano profissional), bem como sacode o isolamento prático, chamando-os ao debate e reivindicando a construção coletiva. É nesse sentido que o estágio curricular e os setores ou núcleos de estágio, por exemplo, são espaços concretos que podem propiciar e potencializar momentos de aproximação e de formulação de alternativas. *Essa dimensão dos cursos de Serviço Social precisa ser cuidada com carinho (e não tem sido) ocupada como um espaço importante que pode aproximar os segmentos envolvidos na formação e estabelecer questões concretas para um diálogo concreto.* Com todos os limites dessa empreitada, esse é um passo importante para estabelecer mecanismos de resistência capazes de combater o imenso abismo entre o pensar e o fazer, reunir forças comprometidas com a leitura crítica do real (guardados os problemas que também se colocam nesse nível) e, simultaneamente, oferecer melhores condições para uma apropriação crítica dos desafios contemporâneos e concretos.

[...] Mais do que concretizar os assuntos estudados nos centros de excelência acadêmica e nos grupos de pesquisa compostos por pesquisadores financiados pelo CNPq, CAPES, FAPESP, entre outros importantes órgãos de fomento, é preciso arrombar os muros que separam as universidades e os múltiplos espaços de intervenção profissional mantendo os cuidados necessários para enfrentar as diversas armadilhas da “modernidade”: o voluntarismo, o desmonte dos serviços públicos de qualidade, a fragmentação e a individualização do conhecimento, bem como a privatização das pesquisas seja através do financiamento ou da apropriação, com fins privados, dos recursos oferecidos pelas universidades públicas. É fundamental estabelecer e consolidar espaços que propiciem um diálogo permanente entre os centros de produção de conhecimento (incluindo a colaboração entre eles próprios) e os profissionais que atuam em diversos tipos de organizações [...] (SILVA, 2007-2, p. 10)

3. Seguindo a argumentação apresentada até aqui, esse espaço de debate deve ser qualificado tendo como ponto de partida os desafios que os docentes, os discentes e os profissionais indicam (com base nas demandas da profissão), garantindo, também, momentos específicos para

discussões mais peculiares dos segmentos participantes. É nesse momento que importantes categorias de análise devem ser forcejadas, teórica e praticamente, nos seus limites: democracia, emancipação (política e humana), questão social, exclusão-inclusão, ética, justiça, equidade, formação e requalificação profissional, supervisão, entre outras, discutindo seriamente o que significam na contemporaneidade. Certamente, as interpretações serão diversas e suscitarão divergências, nem sempre equacionáveis, no sentido de uma hegemonia possível (muito menos como consenso). Mas é preciso ficar claro, para além da abstração, *o que significa o “ético-político” e de qual nova ordem societária se fala (se é que isto está posto para muitos profissionais)*. É necessário, no mínimo, que esta trama conquiste visibilidade e não se esconda por detrás do manto da defesa genérica da “democracia” e dos “direitos” (um passo insuficiente, porém importante). Não é pouco afirmar que existe um compromisso da categoria profissional com níveis crescente de emancipação política, mas também é igualmente importante reconhecer a confusão que se tem feito entre esse tipo de emancipação e a emancipação humana (genérica e idealmente identificadas na palavra “emancipação” – LESSA, 2007-1). É evidente que ainda há, entre os assistentes sociais, uma crença imediata e mecânica de que a emancipação humana será alcançada pela extensão (afirmação) da emancipação política (e isso vale para todos os segmentos envolvidos: docentes, discentes e profissionais – guardadas pouquíssimas exceções).

Posto isso, vale dizer que todo esse processo situado no âmbito da formação profissional carece de um outro elemento essencial: o vínculo popular, isto é, uma maior ênfase na relação da profissão com os movimentos sociais. Longe de qualquer perspectiva messiânica que possa confundir práxis profissional e práxis social ou identificar as profissões com os movimentos sociais (e neles também existem sérios limites), é importante recriar, na contemporaneidade, vínculos sociais que oxigenem a profissão (nos seus múltiplos espaços sócio-ocupacionais – incluindo, aqui, as unidades educacionais). É necessário enriquecer os espaços institucionais com o que eles não podem oferecer: *potência real contestatória*. Isso não significa reproduzir uma submissão espontânea diante das demandas explicitadas pelos movimentos sociais, mas reconhecer que eles, com todos os seus limites, são fundamentais à emancipação humana. *Trata-se de estimular um trabalho profissional que não se limite aos limites das instâncias institucionais e que saiba, também, forcejar inteligentemente essas fronteiras tendo consciência de que sua própria ação é importante, porém insuficiente*. Ao mesmo tempo, a profissão pode contribuir para que as lutas sociais empreendidas pelos movimentos sejam aperfeiçoadas com informações institucionais relevantes, remando contra a fragmentação de reivindicações que acabam enfraquecendo sensivelmente lutas coletivas.

3. Comentários conclusivos

As análises apresentadas endossam a seriedade dos desafios que se apresentam ao Serviço Social contemporâneo: ou reafirmamos o Código de Ética e o projeto ético-político da profissão *no exato sentido de esclarecer e de radicalizar a apreensão e a utilização teórico-prática de categorias sociais que dizem respeito à existência do ser na ordem burguesa desenvolvida regida pela propriedade privada (trabalho, questão social, democracia, emancipação, solidariedade, justiça, equidade, liberdade, entre outras)*, ou eliminaremos quaisquer possibilidades de resistência e de reorganização de forças progressistas nesses duros tempos de supremacia do capital sobre o trabalho. Sucumbiremos, então, como profissionais – tendo menor ou maior clareza da gravidade desse processo – à desumanização do homem e reafirmaremos um Serviço Social exclusivamente sintonizado com a reprodução do capital em escala ampliada. Isso, certamente, realinha a profissão e seus quadros (inclusive os mais intelectualizados) com um tipo de emancipação circunscrita ao “cidadão” consumidor responsável e comprometido com a “solidariedade” de classes.

Como as possibilidades históricas de resistência ainda estão disponíveis e as contradições da ordem burguesa – por onde é recriada a questão social – implícitas em seu metabolismo (insuprimíveis e insolucionáveis sob os ditames do capital), é preciso acreditar na capacidade do homem recuperar suas forças próprias e de exercer seu papel como sujeito histórico possível comprometido com a emancipação humana. As reflexões do jovem Marx (2004, p. 108 e 109), ainda que elaboradas na forma de manuscritos pessoais que seriam posteriormente aprofundados, são espantosamente contemporâneas¹²:

[...] A propriedade privada nos fez tão cretinos e unilaterais que um objeto somente é o nosso [objeto] se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós etc., enfim *usado*¹³. Embora a propriedade privada apreenda todas essas efetivações imediatas da própria posse novamente apenas como *meios de vida*, e a vida, à qual servem de meio, *é a vida da propriedade privada: trabalho e capitalização*. (...) A supra-sunção da propriedade privada é, por conseguinte, a *emancipação* completa de todas as qualidades e sentidos humanos; mas ela é esta emancipação justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado *humanos*, tanto subjetiva quanto objetivamente. [...]

¹² E há quem diga que isso pertence, na melhor das hipóteses, aos porões das bibliotecas.

¹³ Grifos do autor

4. Referências Bibliográficas

- BEHRING, Elaine Rossetti. *Brasil em contra-reforma – desestruturação do estado e perda de direitos*. São Paulo: Cortez, 2003.
- CAPRA, Fritjof. *O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente*. 25ª. Edição, São Paulo: Editora Cultrix, 2004.
- CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CASTRO, Manuel Manrique. Igreja, relações de produção capitalistas e período de gênese da profissão In *História do Serviço Social na América Latina*. 3ª. edição, São Paulo: Cortez Editora/CELATS, 1989.
- FERNANDES, Florestan (organizador de textos originais). O método da economia política. In: *Marx/Engels. História*. São Paulo: Ática, p. 409-417, 1989. (Coleção Grandes Cientistas Sociais)
- GUERRA, Yolanda. *Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- HAYEK, F. A. *O caminho da servidão*. 5ª edição, Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1990.
- HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. *Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Brasília: ABEPSS, Graflina, n.3, p. 9-32, jan/jul 2001.
- _____. *Renovação e conservadorismo no Serviço Social – ensaios críticos*. 2ª. edição, São Paulo: Cortez Editora/Celats, 1994.
- IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1985.
- JUNQUEIRA, Helena Iracy. Quase duas décadas de reconceituação do Serviço Social: uma abordagem crítica. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 4, p. 01-38, dez. de 1980.
- LESSA, Sérgio. A emancipação política e a defesa de direitos. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 90, p. 35-57, jun. 2007. (1)
- _____. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez Editora, 2007. (2)
- LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o barão de Münchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. 2ª. ed. São Paulo: Busca Vida, 1988.
- LUKÁCS, György. Introdução a uma estética marxista. Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Ontologia do ser social – Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- Mesa Redonda. História do Serviço Social no Brasil. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 12, p. 11-31, 1983.
- MARTINELLI, Maria Lúcia. *Serviço Social identidade e alienação*. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

- MARX, Karl. *A questão judaica*. 5ª. edição, São Paulo: Centauro Editora, 2005. (1)
- _____. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2005. (2)
- _____. Grundrisse - leneamentos fundamentais para la crítica de la economia política - 1857-1858. *Obras fundamentales*, v. 6, tradução de Wescleslao Roces, México, Fondo de Cultura Económica, 1985.
- _____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.
- _____. *O capital*. São Paulo: Abril S/A Cultural, volume 1, livro 1, tomo1, 1983.
- _____. *O capital*. São Paulo: Abril S/A Cultural, volume 1, livro 1, tomo 2, 1984.
- MARX, Karl & ENGELS Friedrich. *A ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MÉSZÁROS. István. A necessidade do controle social. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo Editorial, p. 983-1011, 2002.
- _____. *O século XXI – socialismo ou barbárie?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.
- MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social. Crítica ao padrão emergente de intervenção social*. São Paulo: Cortez, 2002.
- PASTORINI, Alejandra. *A categoria "questão social" em debate*. São Paulo: Cortez Editora, 2004. (Coleção Questões de Nossa Época – volume 109)
- PAULO NETTO, José. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 79, p. 133-147, set. 2004. (1)
- _____. A crítica conservadora à reconceituação. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 5, p. 59-75, 1981.
- _____. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez Editora, 1992.
- _____. Cinco notas a propósito da "questão social". *Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Brasília: ABEPSS, Graflin, n.3, p. 41-49, jan/jul, 2001.
- _____. *Ditadura e Serviço Social – uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. São Paulo: Cortez Editora, 1991.
- _____. O Serviço Social e a tradição marxista. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 30, p. 89-102, abr. 1989.
- PAULO NETTO, José (org.). *Lukács – Sociologia*. São Paulo: Editora Ática, p. 109-131, 1981. (Coleção Grandes Cientista Sociais)
- PAULO NETTO, José Paulo & DALLARI, Dalmo de Abreu. A construção e consolidação de direitos. *Conferência proferida no XI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais – Fortaleza CE -*. São Paulo: Instituto de Vídeo e Com. Ltda, 2004. (DVD) (2)
- PEREIRA, Potyara A. P. Questão social, Serviço Social e direitos de cidadania. *Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Brasília: ABEPSS, Graflin, n.3, p. 51-61, jan/jul, 2001.
- ROSANVALLON, Pierre. *La nueva cuestión social.- repensando el Estado providência*. Buenos Aires: Manantial, 1995.
- SILVA, José Fernando Siqueira da. *"Justiceiros" e violência urbana*. São Paulo: Cortez, 2004. (1)

_____. O recrudescimento da violência nos espaços urbanos: desafios para o Serviço Social. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 89, p. 130-154, mar. 2007. (1)

_____. Pesquisa e produção do conhecimento em Serviço Social. *Textos & Contextos Online*. Porto Alegre, dez. 2007. Disponível em <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass> . (2)

_____. Violência e desigualdade social: desafios contemporâneos para o Serviço Social. *Revista Ser Social*. Brasília: UNB, n. 19, 2008 (no prelo).

_____. Violência, Serviço Social e formação profissional. *Revista Serviço Social & Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 79, p. 133-147, set. 2004. (2)

VASCONCELLOS, Maria José Esteves de. *Pensamento sistêmico*. 4ª. Edição, Campinas: Papyrus, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. A escola de Serviço Social no período de 1936 a 1945. *Caderno PUC*. São Paulo: EDUC, Cortez Editora, n.6, 1980.

_____. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social no Brasil. *Temporalis - Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS)*. Brasília: ABEPSS, Graflin, n.3, p. 33-40, jan/jul, 2001.